

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS**

CAMILLE OLIVEIRA GNOATTO

**FATORES DE INADIMPLÊNCIA E ADIMPLÊNCIA DOS MICROCRÉDITOS NO
BANCO COMUNITÁRIO DE DESENVOLVIMENTO JUSTA TROCA**

PORTO ALEGRE

2023

CAMILLE OLIVEIRA GNOATTO

**FATORES DE INADIMPLÊNCIA E ADIMPLÊNCIA DOS MICROCRÉDITOS NO
BANCO COMUNITÁRIO DE DESENVOLVIMENTO JUSTA TROCA**

Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso de graduação apresentado ao Departamento de Ciências Administrativas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Administração.

Orientador: Pedro de Almeida Costa.

Porto Alegre

2023

RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo descrever o perfil dos usuários dos microcréditos e da interação da comunidade com os serviços desenvolvidos pelo Banco Comunitário na Vila Nossa Senhora Aparecida, com o intuito de compreender as características e causas da alta inadimplência. Para isso, foram apresentadas discussões a respeito da economia solidária e finanças solidárias presentes no Brasil e no Rio Grande do Sul, além da apresentação do Banco Comunitário Justa Troca, responsável pela emissão dos empréstimos na Vila Nossa Senhora Aparecida. Também foram feitos os apontamentos sobre o impacto e relevância das ações do Banco Comunitário de Desenvolvimento na comunidade a partir da utilização desta ferramenta econômico solidária. Utilizou-se, como método, a pesquisa qualitativa descritiva com o emprego de técnicas de pesquisa bibliográfica, documental e questionários com perguntas abertas e fechadas aplicados aos usuários dos empréstimos e à equipe do BC Justa Troca. Os resultados apontaram que o sucesso das ações realizadas pelo Banco Comunitário está relacionado a fatores de confiança e interação da comunidade com suas atividades, podendo ser relevantes ao aumento do índice de inadimplência.

Palavras-chave: Inadimplência. Adimplência. Microcréditos. Bancos Comunitários.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Ciclo pressuposto para BCD Justa Troca	19
Figura 2- Organograma dos empreendimentos	35
Figura 3 - Utilização de microcrédito x investidor	37
Figura 4 - Folder de Divulgação do Justo.	45

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Ano x Contratos	31
Gráfico 2 - Situação contratual	38
Gráfico 3 - Referência contratual dos microcréditos.	38
Gráfico 4 - Inadimplência	39
Gráfico 5 - Comparativo da moeda local e do real na solicitação dos microcréditos	44

LISTA DE SIGLAS

ACONVI	Associação Comunitária Vila Nossa Senhora Aparecida
BCD	Bancos Comunitários de Desenvolvimento
BC	Bancos Comunitários
BP	Banco Palmas
EES	Empreendimentos Econômicos Solidários
ES	Economia Solidária
FS	Finanças Solidárias
JT	Justa Troca
NEGA	Núcleo de Estudos em Gestão Alternativa
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UNIVENS	Unidas Venceremos

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	7
1.1 OBJETIVO GERAL.....	9
1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	9
1.3 JUSTIFICATIVA.....	10
2 A ECONOMIA SOLIDÁRIA.....	11
2.1 OS BANCOS COMUNITÁRIOS.....	12
2.2 OS MICROCRÉDITOS.....	15
2.3 Os BANCOS COMUNITÁRIOS E A SOCIABILIDADE COMUNITÁRIA.....	16
3 METODOLOGIA.....	20
3.1 COLETA DE DADOS.....	22
3.2 OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE.....	24
3.3 ANÁLISE DOS DADOS.....	25
4 ESTUDO DE CASO: BANCO COMUNITÁRIO JUSTA TROCA.....	26
4.1 REDE ONDE BANCO JUSTA TROCA ESTÁ INSERIDO.....	30
4.2 DEMAIS ATIVIDADE DO JUSTA TROCA.....	31
4.3 PÚBLICO ALVO DOS BANCOS COMUNITÁRIOS.....	32
5 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS.....	34
5.1 INADIMPLÊNCIA.....	36
5.2 O JUSTO NA COMUNIDADE.....	42
5.3 O RELACIONAMENTO DO JUSTA TROCA.....	44
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	47
REFERÊNCIAS.....	50
APÊNDICE A – ATUALIZAÇÃO CADASTRAL.....	54
APÊNDICE B – SOLICITAÇÃO DE MICROCRÉDITO.....	57

1 INTRODUÇÃO

As mudanças ocorrem em diferentes esferas do meio social e no campo financeiro e tem demonstrado um dinamismo cada vez maior. Seja no cenário político ou na própria economia nacional, estas mudanças estão influenciando a dinâmica de diversos segmentos no país, e a sociedade brasileira encontra-se em situação de desigualdade elevada. A economia solidária surge como uma alternativa de geração de trabalho e renda, e com ela as finanças solidárias, operacionalizadas em diferentes mecanismos, entre eles, os Bancos Comunitários (BC). Segundo o Instituto Banco Palmas ([2020?], p. 1): Bancos Comunitários são serviços financeiros solidários, em rede, de natureza associativa e comunitária, voltados para a geração de trabalho e renda na perspectiva de reorganização das economias locais, tendo por base os princípios da Economia Solidária.

A economia solidária, na área das finanças, trabalha como alternativa ao sistema financeiro tradicional através de entidades civis com bases sustentáveis, suprindo as necessidades de crédito e financiamento da população de um determinado território. Possuem, assim, a autogestão e o associativismo como componentes primários de seus projetos, defendendo a potencialidades particulares de uma realidade socioeconômica. Um passo essencial para que um BC seja instituído é reunir um grupo de pessoas interessadas em contribuir para a criação do mesmo e buscar apoio do poder público local, bem como de entidades privadas, para que seu objetivo de promover o desenvolvimento de territórios de baixa renda seja alcançado, através do fomento e criação de redes locais de produção e consumo.

O microcrédito é um importante instrumento para a inclusão financeira e este trabalho busca encontrar diferenças significativas entre inadimplentes, adimplentes e parciais inadimplentes do BC Justa Troca, a partir de um problema identificado pela organização em 2022. Os devedores foram diferenciados em inadimplentes (atraso no débito em mais de 90 dias) e parciais inadimplentes (atraso no débito por um período de até 90 dias ou mesmo aqueles que fazem pagamentos esporádicos). A inadimplência é um problema que afeta muitas empresas e também os empreendimentos de Economia Solidária, podendo ter consequências negativas para o fluxo de caixa, fundos e até mesmo levar ao fim de um empreendimento. Quanto

maior a taxa de inadimplência entre os usuários de uma de um Banco Comunitário, mais instável ele se torna e menor seu potencial de desenvolvimento local. Além disso, clientes inadimplentes podem afetar a reputação do empreendimento na comunidade onde está inserido..

Como uma alternativa ao modelo atual de produção capitalista, Singer (2002, p. 10) afirma que a Economia Solidária é outro modo de produção e que seus princípios básicos são: “a propriedade coletiva e o direito à liberdade individual”. Todos esses princípios unem as pessoas que produzem numa única classe de trabalhadores e o seu capital é dividido por igual na sociedade”. A partir das premissas referente às finanças solidária, o presente trabalho tem como problema de pesquisa definido identificar os fatores que impactam no alto índice de inadimplência dos microcréditos, sendo ele a aplicação do recurso social-financeiro na economia solidária, apresentando através da utilização de empréstimo, a colaboração para o desenvolvimento econômico local e pessoal.

A partir de 2018, mediante estudo divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), houve um decréscimo no bem-estar social, decorrente do aumento da concentração de renda, responsável por reforçar a extrema desigualdade no país. Os dados contidos no Relatório de Desenvolvimento Humano de 2019 do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), apresentam o Brasil na 7ª posição ao que se refere aos países mais desiguais. No relatório do PNUD 2020, a situação se manteve semelhante, com o país ocupando a 8ª posição. Após a pandemia, e pela primeira vez, o valor do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) global caiu — por dois anos consecutivos. Muitos países experimentaram declínios contínuos no IDH em 2021. Mesmo antes da pandemia, os sentimentos de insegurança estavam aumentando em quase todos os lugares. Muitas pessoas se sentem alienadas de seus sistemas políticos e, em outra reversão, o retrocesso democrático piorou (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 2021-2022).

Após um breve período em que a pesquisadora esteve atuando na comunidade e no Banco Comunitário, identificou-se a necessidade de traçar um perfil dos usuários e os fatores que estão impactando os números de inadimplência, visto que os Bancos Comunitários são instituições financeiras que têm por objetivo proporcionar um acesso menos burocrático, aos produtos financeiros, para uma

parcela da população de menor poder aquisitivo. De acordo com as premissas da economia popular solidária, esses bancos são situados em comunidades de periferia, e tem como diferencial a utilização da moeda social e do aval solidário. É um conjunto de atividades econômicas de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito, organizados sob a forma de autogestão (Singer, 2002). A economia solidária se apresenta como uma alternativa de geração de trabalho e renda, sobretudo às populações mais empobrecidas, a favor da inclusão social. De acordo com último levantamento do Sistema de Informação da Economia Solidária (Sies), atualmente, no Brasil, existem 19.708 empreendimentos que reúnem 1 milhão 423 mil e 631 associados, em 2.804 municípios

Parte-se da hipótese de que os empréstimos pessoais pelo Banco Comunitário têm impacto positivo para o desenvolvimento da comunidade em que está inserido, gerando melhora na qualidade de vida e desenvolvimento local, porém houve a necessidade de identificar as causas do alto número de inadimplentes. Para buscar responder o problema de pesquisa o trabalho tem como objetivos:

1.1 OBJETIVO GERAL

Identificar e avaliar os possíveis fatores da inadimplência do Banco Comunitário de Desenvolvimento Justa Troca da Vila Nossa Senhora Aparecida.

1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Os objetivos específicos são:

- a) descrever a trajetória do Banco Comunitário de Desenvolvimento e da sua política de crédito
- b) analisar a finalidade e os mecanismos envolvidos no processo de microcréditos;
- c) descrever as ações desenvolvidas pelo BC Justa Troca além da oferta de crédito;
- d) relacionar as ações e estratégias de combate da inadimplência e os seus resultados atuais

1.3 JUSTIFICATIVA

O avanço da crise econômica no Brasil e, conseqüentemente, a retração do Produto Interno Bruto (PIB), intensificados pela instabilidade mundial em 2020 e 2021 em função da pandemia de covid-19, tendem a aumentar as discrepâncias aquisitivas de indivíduos com baixo poder de compra frente às classes com maiores remunerações. Dessa forma, torna-se cada vez mais necessário validar, incentivar e dar visibilidade a mecanismos que possam neutralizar a desigualdade e o desemprego, a fim de melhorar o bem-estar da população em condições subalternas. Assim, a relevância do tema em estudo se dá na medida em que os bancos comunitários de desenvolvimento e, principalmente, os microcréditos, podem ser apresentados como alternativas a essas disfuncionalidades e implicações do sistema econômico atual ao buscarem a promoção de melhorias nas regiões de atuação, conforme tem sido identificado em estudos sobre o tema.

A partir de um contato inicial com o BC, identificou-se a necessidade de identificar os fatores que estão colaborando para o alto índice de inadimplência, atualmente o valor de empréstimos concedidos é de R \$101.673,00 e o número total de inadimplentes é 67, gerando um valor de R \$17.022,18 pendentes, valor que corresponde a 16,74%, tornando-se uma porcentagem significativa e que causa uma redução na quantidade de recursos disponíveis para novos empréstimos.

A pesquisa foi de caráter qualitativo, pois tratou de evidenciar os fatores externos e internos que contribuem para os índices de inadimplência e adimplência do banco comunitário. Contudo, pretende-se que os resultados desta pesquisa colaborem com a discussão acadêmica a respeito da Economia solidária, a fim de contribuir para a melhor aplicabilidade das ferramentas financeiras solidárias e sua utilização, identificando pontos para aperfeiçoamento. A pesquisa ainda procura trazer para o Banco Comunitário Justa Troca, o impacto no desenvolvimento social local e possíveis estratégias para dificuldades existentes.

2 A ECONOMIA SOLIDÁRIA

A Economia Solidária surgiu após a Primeira Revolução Industrial e a Revolução Francesa, períodos nos quais grande parte dos trabalhadores se encontrava em extrema pobreza e em situação de desemprego devido à expulsão em massa de camponeses dos domínios senhoriais. Com a expulsão em massa, os camponeses foram sendo inseridos nas fábricas e manufaturas e, posteriormente, foram substituídos por máquinas em consequência da organização da produção da época. Em meio ao contexto de exclusão e opressão operária, os movimentos reivindicatórios passaram a crescer, com o objetivo de construir um novo sistema sem o empregador, buscando união entre sindicalistas e cooperativistas (Silva, 2011).

Singer (2002) afirma que a criação desses movimentos está diretamente ligada à luta de classes dirigida pelos sindicatos, cujos trabalhadores passam a ter maior liberdade, inclusive para eliminar o assalariamento e substituí-lo por autogestão. Em 1821, a primeira cooperativa owenista reuniu um grupo de jornalistas, tendo formado uma comunidade para juntos todos poderem viver dos ganhos de suas atividades profissionais.

No Brasil, vale destacar que a renovação da Economia Solidária não se deu apenas pela população desempregada, uma vez que a retomada dessa modalidade de economia se deu a partir de várias iniciativas ligadas à Igreja Católica, aos sindicatos, às universidades e outras entidades, que uniram os princípios e conhecimentos da Economia Solidária. Uma das pioneiras dessa corrente foi a Cáritas, movimento que faz parte da Igreja Católica e que começou a trazer recursos de vários países da Europa para o apoio de grupos de trabalhadores desempregados do Brasil (França, 2019).

Na década de 1990 foi criada a Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão (ANTEAG), que teve uma importante participação na recuperação e conversão de empresas falidas ou em crise em cooperativas, mantendo seus empregos e trabalhando de forma autogestionária (Singer, 2002).

Em 2001, esses atores começaram a se organizar, ganhando força com o I Fórum Social Mundial (FSM). O evento teve a participação de mais de 15 mil pessoas de 117 países diferentes e teve como resultado a criação do Grupo de

Trabalho Brasileiro de Economia Solidária (GT- Brasileiro), constituído por diversas organizações.

Em 2002, o GT-Brasileiro criou as diretrizes gerais da Economia Solidária e teve um importante papel na criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), durante uma plenária com uma agenda de debates, tendo a participação de mais de 200 pessoas (FBES, 2005). É importante destacar a participação no Fórum Brasileiro de Economia Solidária na construção da política pública da Senaes (Senaes, 2002).

Em 2003, o Ministério do Trabalho instituiu a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), com o objetivo de fomentar atividades para estimular a geração de renda e a promoção do desenvolvimento local. Além disso, desde a sua criação, a Secretaria tem a tarefa de levantar dados e criar uma base de dados nacional sobre a Economia Solidária. A referida secretaria foi extinta em 2017 e recentemente retomada no governo federal a partir de janeiro de 2023.

A economia solidária é uma forma de produção, consumo e distribuição de riqueza (economia) centrada na valorização do ser humano e não do capital. Tem base associativista e cooperativista, são voltadas para a produção, consumo e comercialização de bens e serviços de modo autogerido (França Filho, 2003). Além disso, a Economia Popular tem uma finalidade que engloba todas as dimensões da vivência humana, isto é, envolve a dimensão social, econômica, política, ecológica e cultural. Isto porque, além da visão econômica de geração de trabalho e renda, as experiências de Economia Solidária se propagam no espaço comum, no qual estão inseridas, tendo como objetivo construir um ambiente socialmente justo e sustentável.

2.1 OS BANCOS COMUNITÁRIOS

A disseminação de práticas das finanças solidárias se dá por meio de instrumentos como os bancos comunitários de desenvolvimento e os fundos solidários. Segundo o Instituto Banco Palmas (2019), os BCDs podem ser definidos como: serviços financeiros solidários em rede, de natureza associativa e comunitária, com finalidade de promover o desenvolvimento de territórios de baixo poder aquisitivo (e baixo índice de desenvolvimento humano).

Para o Justa Troca, o objetivo do banco comunitário é promover o desenvolvimento de territórios de baixa renda, por meio do fomento à criação de redes locais de produção e consumo, com base no apoio às iniciativas de economia solidária em seus diversos âmbitos, tais como: empreendimentos sócio-produtivos, de prestação de serviços, de apoio à comercialização (bodegas, mercadinhos, lojas e feiras solidárias), e organizações de consumidores.

As finanças solidárias têm por objetivo permitir que pessoas excluídas do setor financeiro e sistema bancário tradicional criem o seu próprio emprego (França Filho, 2003). Assim, são responsáveis por constituir o financiamento de uma economia voltada para a produção e para o consumo na própria comunidade. Muñoz (2009, p. 208) enaltece que estas operações visam “democratizar os recursos financeiros, para que as finanças operem a serviço das necessidades de todos”. Há inúmeras experiências que compõem as finanças solidárias, dentre elas, encontram-se as cooperativas de crédito (solidário); os fundos (rotativos) solidários; os clubes de trocas; os bancos comunitários de desenvolvimento e sobretudo, as moedas sociais (Centro Popular de Cultura e Comunicação, 2021).

Os Bancos Comunitários de Desenvolvimento, oferecem serviços financeiros solidários em rede, de natureza associativa e comunitária, voltados para a geração de trabalho e renda na perspectiva de reorganização das economias locais, tendo por base os princípios da Economia Solidária. Para que estas instituições cumpram sua função, é necessário que haja uma conscientização da comunidade sobre a experiência solidária, assim como o enaltecimento da solidariedade e colaboração, então, reafirmando os princípios da economia solidária, pois, conforme França Filho (2013, p. 84), os BCDs:

- a) não possuem finalidade lucrativa;
- b) seu propósito econômico está subordinado a sua finalidade (ou utilidade social);
- c) apoiam-se em relações de proximidade;
- d) buscam o controle social ou democrático do dinheiro.

Dentre suas peculiaridades e especificidades, destacam-se quatro aspectos básicos de funcionamento: a) gestão coletiva dos recursos e atividades; b) mecanismos sociais de controle; c) oferecimento de microcrédito e d) uso de moedas sociais circulantes locais (Rigo, 2015a).

Cada instituição tem seu próprio nome, moeda e organização social, que se torna gestora do projeto. Um Banco Comunitário não é “filial de outro”, embora sigam um termo de referência e de conduta comum, definido pela Rede Brasileira de Bancos Comunitários. Em geral, são características dos Bancos Comunitários são: a própria comunidade deve decidir criar o banco, fazer sua gestão e será proprietária do mesmo; os bancos comunitários devem oferecer duas modalidades de crédito: uma em real e outra em moeda social circulante para que suas linhas de crédito estimulem a criação de uma rede local de produção e consumo, promovendo o desenvolvimento endógeno do território; apoiar os empreendimentos em sua estratégia de comercialização (feiras, lojas solidárias, central de comercialização e outros); atuar em territórios caracterizados por alto grau de exclusão, vulnerabilidade e desigualdade social; estão voltados, sobretudo aos beneficiários de programas assistenciais governamentais e de políticas compensatórias e sua sustentabilidade, em curto prazo, funda-se na obtenção de subsídios justificados pela utilidade social de suas práticas.

França Filho e Silva Júnior (2009, p. 34) dissertam que os bancos comunitários devem ser compreendidos como uma “iniciativa associativa envolvendo moradores, que buscam a resolução de problemas, relacionados à sua condição de vida no cotidiano, por meio do fomento à criação de atividades socioeconômicas”.

Para que estas instituições cumpram sua função, é necessário que haja uma conscientização da comunidade sobre a experiência solidária, assim como o enaltecimento da solidariedade e colaboração, então, reafirmando os princípios da economia solidária, pois, conforme França Filho (2013, p. 84), os BCDs: I) Não possuem finalidade lucrativa; II) Seu propósito econômico está subordinado a sua finalidade (ou utilidade social); III) Apoiam-se em relações de proximidade; IV) Buscam o controle social ou democrático do dinheiro.

Dentre suas peculiaridades e especificidades, destacam-se quatro aspectos básicos de funcionamento: a) gestão coletiva dos recursos e atividades; b) mecanismos sociais de controle; c) oferecimento de microcrédito e d) uso de moedas sociais circulantes locais (Rigo, 2015).

2.2 OS MICROCRÉDITOS

No intuito de desenvolver e capacitar a comunidade onde o BC está inserido, os BCDs como empreendimentos de finanças solidárias, buscam seu espaço através de quatro ações principais: os microcréditos, as moedas sociais, desenvolvimento local e gestão social. No tocante ao funcionamento do BCDs é destacado, que a sistematização das atividades pelos mesmos princípios adotados e instituídos por outros bancos comunitários, não é garantia do bom desempenho de tais empreendimentos. O sucesso dos bancos comunitários não está isoladamente ligado a sua metodologia, mas sim, à relação de confiança com a população onde está inserido. É essencial que a implementação destas instituições de crédito parta da vontade da comunidade. “É preciso que a própria comunidade sinta e expresse a vontade de criá-lo e que pessoas do local liderem a iniciativa” (Moraes et al., 2014, p. 1).

A democratização do acesso aos recursos financeiros por demandas advindas de segmentos populacionais e que são excluídos pelos bancos convencionais é o principal foco dos BCs, utilizando o uso do crédito como forma de fortalecimento da rede territorial de produtores/consumidores baseado no uso do recurso para consumo local. A concessão do crédito nos BCDS é feita com base na relação do solicitante com a comunidade, ao contrário do que ocorre em instituições formais de crédito onde se leva em conta se o nome do solicitante encontra-se negativado em outras instituições destinadas a este fim. Callil (2016) destaca que os BCDs possuem uma relação mais pessoal com o cliente, mesmo quando a análise de crédito não é aprovada, estes bancos buscam orientar o solicitante a fim de propiciar as condições necessárias.

Toscano (2004) enfatiza que no Brasil o problema não é a falta de crédito, mas a quem se destina, uma vez que de forma geral, os bancos comerciais já disponibilizam suas linhas de crédito àqueles que já possuem renda ou atividade formal, sendo excluídos os que mais necessitam. Esta exclusão é exemplificada por Moraes et al. (2014), que cita casos em que a simples necessidade de um comprovante de residência para abertura de uma conta significa um impedimento para acesso às instituições formais de crédito, dada a informalidade habitacional que muitas destas famílias enfrentam.

Estrategicamente os BCDs vêm atuando essencialmente em duas linhas de empréstimos. O crédito para consumo, destinado a empréstimos de pequeno valor, sem juros e oferecidos em moeda social local. Já o crédito produtivo é voltado à criação ou expansão de micro, pequenos e médios empreendimentos locais. Estas duas linhas de crédito, de acordo com França Filho (2013) e Rigo (2014) tem como objetivo principal estimular o consumo local e o atendimento de crédito urgente aos solicitantes. A garantia que envolve as emissões de crédito é a base da confiança e do Aval solidário, existe o pressuposto que pagamento será feito corretamente, já que a pessoa é conhecida na comunidade e também proprietária do banco. Outra vantagem é que a maioria das linhas de crédito não possui juros e o prazo de pagamento é amigável.

Em um banco comunitário, os tipos de empréstimos são divididos em:

- a) crédito produtivo — empréstimo concedido em reais para apoio ou abertura de empreendimentos locais (sejam eles do comércio, indústria ou serviços).
- b) crédito de consumo — empréstimo feito em moeda social (geralmente em limites baixos e sem juros) para que os moradores possam consumir os produtos e serviços da região.

O número de linhas de crédito e as regras para contratar o serviço variam de acordo com as decisões da gestão do banco comunitário e ao longo desta pesquisa serão apresentadas as linhas que existem no BCD Justa Troca.

2.3 Os BANCOS COMUNITÁRIOS E A SOCIABILIDADE COMUNITÁRIA

As relações sociais são fundamentais para a evolução da comunidade. Elas representam as diferentes formas de interação que ocorrem em diversos espaços sociais, podendo ocorrer de maneira natural ou através de interesses individuais, as comunidades são compostas por relações sociais, relações de afeto, reciprocidade e interesses comuns, outras relações também caracterizam uma comunidade, como como relações de parentesco, amizade e vizinhança. Todos esses fatores caracterizam-se pelo seu alto grau de coesão social e engajamento moral e também tradicional. Podemos evidenciar que as relações sociais são a base da evolução da comunidade. Segundo Martinho (2001), as redes de economia solidária se diferenciam das formas organizacionais características do modelo capitalista, como

as cadeias de empresas, as joint ventures e as transnacionais. Para os bancos comunitários as garantias são dadas pela própria comunidade, o que fortalece os laços, base da democracia e da paz. Um banco comunitário é aquele que inverte a lógica do sistema financeiro: ao invés da rentabilidade, os empréstimos e investimentos feitos pelo banco focam no desenvolvimento humano e local.

O aval solidário é um tipo de garantia que pode ser utilizado para facilitar a obtenção de crédito. Ele é baseado em um grupo de pessoas que se avaliam mutuamente, ou seja, cada membro do grupo é ao mesmo tempo tomador de crédito e avalista dos demais. Isso significa que, se uma pessoa do grupo não cumprir com seus compromissos, todas as outras serão solidariamente responsáveis pela dívida.

Esse tipo de aval é baseado em laços de confiança, apoio e vigilância entre os membros do grupo ou no caso dos BC, entre a comunidade. Ele pode ajudar a promover o acesso ao crédito e a organização social das comunidades, uma vez que incentiva a cooperação e a responsabilidade mútua entre os membros do grupo.

As relações sociais são fundamentais para o funcionamento do aval solidário, é necessário que haja confiança e cooperação entre os membros do grupo para que o sistema funcione adequadamente. Além disso, o aval solidário pode ajudar a fortalecer as relações sociais entre os membros do grupo, uma vez que eles precisam trabalhar juntos para evitar a inadimplência e reduzir riscos para o grupo e para si próprios.

A confiança é um elemento fundamental para o sucesso de comunidades carentes e para o sucesso dos bancos comunitários. Essas instituições financeiras são criadas e administradas pela própria comunidade, com o objetivo de promover o desenvolvimento local, gerar trabalho e renda, e incentivar a economia popular e solidária. Para que isso seja possível, é necessário que haja confiança entre o banco e a comunidade, no entanto, implantar um banco comunitário também traz uma série de desafios, entre eles conseguir mobilizar a comunidade, ganhar a confiança dos parceiros e moradores, preparar a equipe e os trabalhadores, conseguir recursos para dar início aos trabalhos, tomar as decisões de forma democrática e administrar a contabilidade e serviços bancários. Todos esses desafios podem ser superados com o estabelecimento de relações de confiança entre os envolvidos, sendo a confiança a base de todos os tipos de relacionamentos humanos, incluindo familiares, amorosos, de amizade, sociedade e, até mesmo, profissionais. Quando se fala em requisitos para relacionamentos saudáveis, a confiança costuma estar

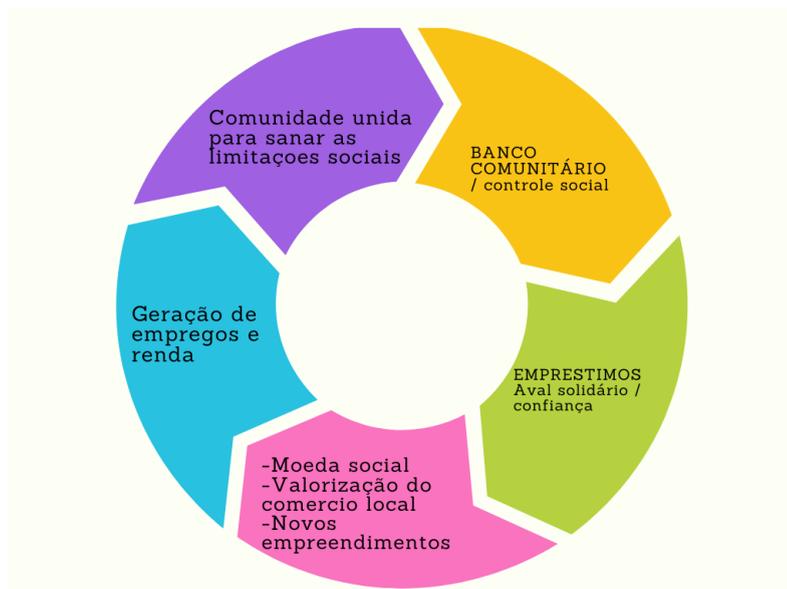
sempre no topo da lista. Em resumo, a confiança é um elo fundamental para o sucesso das comunidades onde os Bancos Comunitários estão inseridos, porque permite que as pessoas estabeleçam relações saudáveis e enfrentam desafios com determinação e coragem. É um elemento fundamental para o desenvolvimento pessoal e profissional das pessoas nessas comunidades.

Com o número crescente de excluídos, tornou-se clara a incapacidade das sociedades modernas, por meio do sistema de produção dominante vigente, em promover a inclusão social para a maioria da população através do desenvolvimento econômico e do progresso. Santos (1996) acredita que isto acontece devido ao fato da própria modernidade conseguir comprar algumas de suas promessas, mas não ter como resolver outras, o que agrava significativamente as discrepâncias sociais, tornando a distância entre ricos e pobres cada vez mais acentuada. Para Handy (1995) a sociedade moderna é construída de avanços e retrocessos que, por um lado, trazem melhorias para a vida de alguns, como o aumento da expectativa de vida e a democratização de direitos políticos. Porém, por outro lado, a miséria cada vez atinge uma parcela maior da população mundial, mesmo com o crescimento econômico.

Movimentos sociais se mobilizam em prol da construção de alternativas viáveis para a inclusão de partes da população, proporcionando o surgimento de empreendimentos baseados em pressupostos como o igualitarismo, a solidariedade e a autogestão. Economia Popular Solidária gira em torno da centralidade das organizações da sociedade civil na geração de confiança e solidariedade, constituindo o capital social que permitiria a superação de diversos problemas sociais e políticos relacionados à pobreza, ao subdesenvolvimento, à consolidação da democracia, à qualidade do desempenho.

Nos próximos capítulos, pretende-se apresentar as relações entre a comunidade da Vila Nossa Senhora Aparecida e o Banco Justa Troca através do referencial teórico descrito neste capítulo, identificando os pontos existentes da Economia solidária junto ao Justa Troca. Para sintetizar, o fluxo abaixo mostra como seria a relação entre a comunidade e a finalidade de um banco comunitário.

Figura 1 - Ciclo pressuposto para BCD Justa Troca



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

O que se percebe, é que a partir das teorias deste capítulo, os BC estão inseridos em um círculo social, onde o contato do indivíduo, a comunidade e o BC é essencial para seu funcionamento. Em termos simples, a dimensão da confiança pode ser compreendida como “o elo emocional entre os que participam da relação” (Lewis; Weigert, 1985, p. 971), para que um BC tenha êxito em seu objetivo.

3 METODOLOGIA

Para que se possa compreender os fatores relacionados ao pagamento dos microcréditos do BC Justa Troca, foi realizada uma pesquisa qualitativa e descritiva, combinando elementos quantitativos e qualitativos para o estudo de caso. Essa escolha se deu pois, a pesquisa qualitativa é uma abordagem de pesquisa que estuda aspectos subjetivos de fenômenos sociais e do comportamento humano. E descritiva, pois visa descobrir a existência de associações entre variáveis (Gil, 2010).

Este estudo buscou identificar e analisar possíveis fatores da inadimplência do Banco Comunitário de Desenvolvimento Justa Troca, que propiciaram o alto índice de inadimplentes dos microcréditos enquanto uma ferramenta das finanças solidárias (e prática da economia solidária), também será possível analisar os fatores que possam propiciar a adimplência, verificando a geração de valor social e financeiro do Justa Troca, o objeto desta pesquisa surgiu a partir de um problema existente na organização e identificado pela liderança do BC, cujo solicitou auxílio por meio de seu contato com o NEGA.

Os dados utilizados nesta pesquisa foram levantados a partir do contato da pesquisadora em seu estágio¹ obrigatório junto à organização, onde questionários foram aplicados a inadimplentes durante o período de dezembro de 2022 a março de 2023 e posterior a este período como observação participante, como agente do banco onde a pesquisadora prestou serviços (MEI) durante dois meses.

Para Gil (1999) a observação apresenta uma vantagem fundamental diante das outras técnicas de pesquisa que é a ausência de intermediários, colocando o pesquisador diretamente em contato com seu objeto de pesquisa. O autor a classifica em três tipos: a) observação simples, b) observação participante e c) observação sistemática. A escolha pelo método de observação participante deu-se especialmente pela relação prévia da pesquisadora com o banco. Nesta técnica compreende-se a realidade de um grupo a partir do interior dele mesmo (Gil, 1999) o que será possível graças à atuação da pesquisadora no banco.

¹ Estágio obrigatório, faz parte da matriz curricular do curso de graduação, o aluno deve cumprir um determinado número de horas para fins de conclusão de curso. Período de realização: dezembro de 2022 a março de 2023.

Foram utilizados dados para a análise, pesquisa relacionada aos inadimplentes, questionário de solicitação de microcrédito elaborado durante o período que a pesquisadora estava contratada, dados complementares dos microcréditos já emitidos e atuação ativa na comunidade.

A estratégia de pesquisa entendida como a mais coerente a ser empregada para a obtenção dos dados necessários para essa análise consiste no estudo de caso, tendo como foco de estudo o Banco Comunitário Justa Troca. O método de estudo de caso se caracteriza como “um tipo de pesquisa cujo objeto é uma unidade que se analisa profundamente” (Godoy, 1995b, p. 25), podendo ser compreendido como “uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro do seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos” (Yin, 2010, p. 39). À vista disso, optou-se por utilizar o estudo de caso, por conta da possibilidade de imersão e da especificidade possuída por cada instituição e ferramenta da economia solidária.

Dessa forma, a pesquisa utilizou uma abordagem descritiva e qualitativa, na medida em que se pretende aprofundar o conhecimento a respeito de dois principais objetos de estudo, sendo estes bancos comunitários de desenvolvimento e os índices referentes ao microcrédito. A medição desse estímulo se dá em relação a três principais indicadores: índice de inadimplentes; índice de adimplentes; e fatores motivacionais.

A respeito da metodologia aplicada, para Godoy (1995a, p. 63), a pesquisa qualitativa busca o entendimento de um fenômeno como um todo, inclusive, na sua complexidade. As características da pesquisa qualitativa, diante das ponderações de Gerhardt e Silveira (2009, p. 32), podem ser elencadas como:

- a) objetivação do fenômeno;
- b) hierarquização das ações de descrever, compreender, explicar;
- c) precisão das relações entre o global e o local em determinado fenômeno;
- d) observância das diferenças entre o mundo social e o mundo natural;
- e) respeito ao caráter interativo entre os objetivos buscados pelos investigadores, suas orientações teóricas e seus dados empíricos;
- f) busca de resultados os mais fidedignos possíveis;
- g) oposição ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências.

Para entender a relevância do perfil dos inadimplentes do Banco Justa Troca, um formulário on-line foi aplicado no período de estágio, pela pesquisadora e mais dois estudantes, onde o maior número de inadimplentes foram contatados, utilizando a ferramenta Google Formulário. Este formulário teve como objetivo entender quais motivos externos provocaram a inadimplência e qual a atual situação dos membros da comunidade. O formulário contou com perguntas abertas e fechadas.

A respeito da metodologia aplicada, para Godoy (1995a, p. 63), a pesquisa qualitativa busca o entendimento de um fenômeno como um todo, inclusive, na sua complexidade. As características da pesquisa qualitativa, diante das ponderações de Gerhardt e Silveira (2009, p. 32), podem ser elencadas como: I) Objetivação do fenômeno; II) Hierarquização das ações de descrever, compreender, explicar; III) Precisão das relações entre o global e o local em determinado fenômeno; IV) Observância das diferenças entre o mundo social e o mundo natural; V) Respeito ao caráter interativo entre os objetivos buscados pelos investigadores, suas orientações teóricas e seus dados empíricos; VI) Busca de resultados os mais fidedignos possíveis; VII) Oposição ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências.

3.1 COLETA DE DADOS

Quanto aos métodos de levantamento de dados, pretendeu-se captar dados primários, ao aplicar questionário online com perguntas abertas e fechadas, previamente formuladas, aos usuários inadimplentes dos microcréditos da comunidade Nossa Senhora Aparecida. Este questionário foi aplicado no período de janeiro de 2023 a março de 2023, período em que a pesquisadora estava em contato com a organização através do seu estágio obrigatório de graduação, com a supervisão da mobilizadora do BC Justa Troca, a professora responsável pelo estágio Ana Mercedes e mais dois estudantes.

O objetivo do estágio foi gerar conhecimento e diagnóstico da organização, presente na cidade de Porto Alegre, o Banco Comunitário Justa Troca. O primeiro passo foi conhecer, de fato, o que é e como se organiza o Banco, compreendendo qual é a sua atuação dentro da comunidade em que está situado e conhecer e vivenciar um pouco da sua história. Para tal feito, foram marcados encontros na

sede do Banco Comunitário Justa Troca, situado na Vila Nossa Senhora Aparecida, bem como encontros online e trocas de mensagens via WhatsApp. Ficou entendido através de debates baseado nas necessidades referidas da representante do Banco Comunitário que seria atualizado os dados de contato desses moradores que pegaram algum tipo de empréstimo do banco, bem como seria feita uma introdução para entender a situação social econômica para entender se teria margem para posteriormente realizar algum tipo de acordo com os usuários inadimplentes.

A coleta de dados através de questionários é um método muito utilizado para reunir informações sobre um determinado assunto. Os dados coletados serviram para identificar o perfil e a causa do alto número de inadimplentes e também analisar os fatores que colaboram para a inadimplência.

Para entender a relevância do perfil dos inadimplentes do Banco Justa Troca, foi elaborado um formulário on-line com 15 perguntas, utilizando a ferramenta Google Formulário. Este formulário teve como propósito entender quais motivos externos provocaram a inadimplência e qual a atual situação dos membros da comunidade. Após análise das respostas do formulário, que contou com 11 respostas, do total de 60 contratos de microcréditos em situação de inadimplência no Banco Comunitário Justa Troca, foi possível identificar alguns pontos em comum nas respostas do formulário, em decorrência da Pandemia Covid19 houve um aumento no desemprego, perda de benefícios governamentais e dificuldades de reinserção no mercado de trabalho proporcionaram esse alto índice de inadimplência. Após o período desenvolvido pelo estágio, um novo período se iniciou de maio de 2023 a julho 2023 onde a pesquisadora pode atuar com mais autonomia e esteve inserida na comunidade. Durante este período houve mudanças nas solicitações de microcrédito, um questionário para levantar o perfil das solicitações foi elaborado na ferramenta Google Formulário, com o intuito de levantar dados que colaborassem para a seleção das solicitações que seriam atendidas e traçar um perfil de renda e interação com o BC Justa Troca com perguntas abertas e fechadas.

Este segundo questionário encontra-se ativo ainda, pois além de levantar os dados ele serve como banco de dados, visto que todos os documentos eram físicos e de difícil acesso.

3.2 OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE

Durante o período como mobilizadora local, contratada através de MEI (Microempreendedor individual) firmado em maio de 2023 e encerrado em julho 2023, estabeleceu-se uma prestação de serviços entre a pesquisadora e o BC, com a carga horária presencial de segunda a sexta das 13h às 18h e remota na parte da manhã das 7:30 às 11h. Os serviços prestados ao Banco eram relacionados aos microcréditos e demais demandas administrativas, eventos e projetos também foram elaborados neste período, além das conversas com membros da associação e moradores.

Um questionário online foi elaborado para classificar as solicitações de microcrédito, visto que todos os dados e solicitações eram feitas presencialmente e não geram nenhum registro de dados online, porém mesmo após os o questionário preenchido, o usuário passava por uma entrevista com a agente de crédito (mobilizadora), onde diversas questões eram abordadas incluindo renda e situação familiar. Neste período, ações externas de cobrança foram realizadas com o intuito de diminuir o percentual pendente, a pesquisadora e a facilitadora Juliana Magno que trabalha no Justa Troca a três anos, efetuaram visitas aos inadimplentes, em torno de 15 casas foram visitadas, mas apenas 10 contatos efetivos durante o período em que a pesquisadora esteve atuando como mobilizadora. Além dos dados coletados pela pesquisadora, foram analisadas planilhas já existentes na base de dados do BC, onde constavam dados contratuais de cada usuário e cada contrato específico. A organização esteve ciente que o período de contrato da pesquisadora propiciava dados para o presente trabalho.

Devido ao fato de o Banco ficar aberto ao público no período da tarde, as tarefas realizadas eram facilmente dispersadas, a pesquisadora também auxiliava na limpeza do Banco, entrega de cestas básicas, na elaboração e distribuição do material de divulgação das oficinas e eventos, na digitação de documentos e até mesmo no atendimento de moradores que necessitasse de algum auxílio. Essa dinâmica propiciou a aproximação com as pessoas envolvidas nas atividades do banco facilitando a comunicação e a percepção sobre o funcionamento das demandas existentes.

A pesquisadora desempenhou diferentes papéis no banco, como estagiária da UFRGS, voluntária em algumas atividades, contratada e pesquisadora, e tal

condição possibilitou a elaboração de diferentes perspectivas de funcionamento do Banco.

3.3 ANÁLISE DOS DADOS

Os questionários foram aplicados por meio da plataforma digital Google Forms, outros dados analisados foram acessados durante o período de contrato, onde uma planilha de excel com os dados dos contratos já emitidos foram acessados, que colaborou também para identificar o perfil de usuários do microcrédito.

Portanto, a pesquisa bibliográfica possibilita um amplo alcance de informações, além de permitir a utilização de dados dispersos em inúmeras publicações, auxiliando também na construção, ou na melhor definição do quadro conceitual que envolve o objeto de estudo proposto (Gil, 1994).

Para a divulgação do questionário, os usuários foram contatados através de whatsapp e também por contato telefônico, por meio de uma lista de contatos inadimplentes fornecida pelo BC Justa Troca. Todos os dados primários e secundários citados anteriormente, método de estudo apresenta diversas técnicas e ferramentas contribuíram para a análise da pesquisadora e desenvolvimento do próximo capítulo.

4 ESTUDO DE CASO: BANCO COMUNITÁRIO JUSTA TROCA

A Vila Nossa Senhora Aparecida é uma comunidade, de aproximadamente 5.000 moradores, situada no bairro Sarandi, zona norte de Porto Alegre. Surgiu de uma ocupação nos anos 1970 e desde então tem se caracterizado por importantes iniciativas de organização de seus habitantes, na busca pela melhoria de suas condições de vida. Contudo, ao longo dos anos a organização comunitária foi perdendo impulso, dando lugar ao crescimento da insegurança e da desagregação dos moradores. Prevalece um nível importante de vulnerabilidade social, agravado pelos impactos econômicos e sociais da pandemia de Covid-19.

O Justa Troca é um banco comunitário localizado na Vila Nossa Senhora Aparecida, no bairro Sarandi, em Porto Alegre, segundo Sarria Icaza et al. (2017, p. 19), a ideia de implantação do Banco Comunitário Justa Troca surgiu em 2014, a partir da necessidade de desenvolvimento social e de melhores condições de vida para a comunidade localizada na Vila Nossa Senhora Aparecida, pertencente ao Bairro Sarandi, na zona norte da cidade de Porto Alegre.

Em 2016, a Associação Comunitária Nossa Vila Aparecida (ACONVI), fundou o Banco Comunitário Justa Troca, visando fortalecer e ampliar a organização da comunidade, para a melhoria do lugar em que vivem. Este processo contou com o apoio das Cooperativas Unidas Venceremos (UNIVENS), Justa Trama², Nova Geração e também, do Núcleo de Estudos em Gestão Alternativa – NEGA, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS.

Essa comunidade se originou em meados de 1977, através de um acelerado processo de ocupação da área que, até então, era descampada. A situação começou a ser regularizada na década de 1980 - após a compra da maior parte do território pelo Departamento Municipal de Habitação (DEM HAB) e comercialização dos lotes - sendo concluída somente em 1992. A partir do ano de 1989, foram realizados o asfaltamento das ruas e saneamento básico na região através do Orçamento Participativo (OP), no entanto, o OP passou por um processo de desmonte e acabou por ser sucateado e, por fim, extinto em 2017 pela gestão municipal. (Sarria Icaza et al., 2017, p. 11-12)

² Cooperativa de costureiras Unidas Venceremos (UNIVENS), Cadeia Produtiva Justa Trama e Banco Justa Troca, rede onde o Banco Justa Troca está inserido com sua liderança Nelsa Nespolo diretora presidente das Cooperativas Univens e Justa Trama, referência em Economia Solidária.

Um dos principais objetivos do Justa Troca é fomentar o desenvolvimento da economia local, incentivando a produção e o consumo de produtos e serviços dentro da própria comunidade. Para isto, criou a moeda social Justo, aceita em mais de vinte empreendimentos parceiros e linhas de crédito que visam impulsionar a geração de trabalho e renda e a melhoria das condições de moradia no território.

Conforme pressuposto pelo Banco Palmas em sua política econômica, acredita-se que não há bairros pobres, o que existem são bairros empobrecidos (Sarria Icaza et al., 2017, p. 21), pois as poupanças da população local são consumidas (em outros termos, são gastas) em outras localidades. O BC tem como objetivo promover o acesso aos menos favorecidos e influenciado por esta política, o desenvolvimento local, o fato de que geralmente não se oferta tudo aquilo que é demandado por esses indivíduos na comunidade, e a partir desse pressuposto, pretende-se fomentar e incentivar os empreendimentos solidários e com o banco comunitário, aumentar o poder de compra dos habitantes ao dinamizar a economia, de modo que o consumo passe a ser direcionado para o comércio e para a produção do território em específico. Neste caso, na Vila Nossa Senhora Aparecida, comunidade do Justa Troca.

É mediante uma política de crédito estabelecida e elaborada pela própria comunidade que são concedidos os diferentes tipos de créditos, seja o Crédito Produtivo, seja o Crédito para Pequenas Reformas. Ambos os créditos possuem critérios solidários para sua concessão, que, segundo a última definição (08/2022), são: ter referências de, ao menos, dois vizinhos que, após serem escolhidos pelo Comitê de Análise de Crédito (CAC), serão consultados para verificação de credibilidade; morar na Via Nossa Senhora Aparecida há, no mínimo, 1 ano; ser maior de idade; não possuir outro microcrédito de forma concomitante; informar um outro empreendedor da comunidade com o qual já tenha realizado negócios com pagamento parcelado a fim de ser analisada sua credibilidade. Depois de superado o Aval Solidário, o Comitê de Análise de Crédito realiza uma avaliação - tal comitê é composto pelos membros da Associação de Moradores Nossa Vila Aparecida (ACONVI). Decidido pela concessão do microcrédito, este então será liberado em 10 dias. (Política de Crédito do Banco Justa Troca). Em ambos os casos a concessão pode ser dada via Justos ou Reais.

Ainda vale referir que a distinção entre as duas "linhas" de crédito e diferenciam quanto ao seu destino: o Crédito Produtivo visa o apoio a novos

empreendimento ou o apoio e solidificação de empreendimentos já existentes, tendo como requisito adicional que o tal empreendimento se integre na rede do Justo, ou seja, que passe a aceitar ou continue aceitando o justo como moeda de troca em seu negócio; já o Crédito para Pequenas Reformas, como se depreende intuitivamente, é focado para apoio em matérias para reformas, como argamassa, areia, cimento e demais insumos para reformas - todavia é focado em moradias.

O Justa Troca oferece as linhas microcrédito para que surjam mais pequenos negócios de gente empreendedora do bairro e para consumo local em moeda social; realiza levantamentos dos comércios, produtos e serviços do bairro e sobre consumo e riquezas da comunidade; realiza cursos e capacitações, apoiando os pequenos empreendedores para o melhor desenvolvimento de seus negócios; e promove feiras comunitárias para promover compra, venda e troca de produtos e serviços do bairro. O principal objetivo do Justa Troca é contribuir para o desenvolvimento, a autonomia econômica e financeira e a qualidade de vida da população da Vila Nossa Senhora Aparecida. Para isso, o banco opera com mecanismos como a moeda social, o Justo, e microcréditos para investimentos em produção e consumo, além da realização de cursos de capacitação e feiras que divulgam, comercializam e valorizam o trabalho de produtores locais.

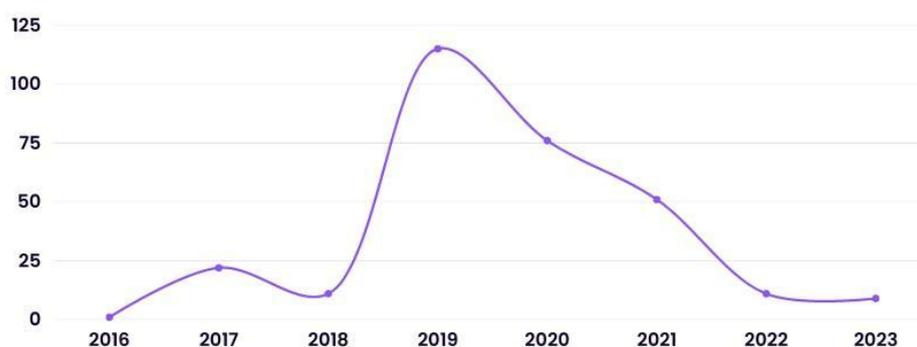
Elencam-se então, os principais produtos e ações oferecidos pelos Bancos Comunitários, de acordo com o Termo de Referência que devem seguir, o qual é disponibilizado pelo Instituto Palmas. Estes são: Moeda social circulante local, Microcrédito, Correspondente Bancário, Educação e Rede local de Prosumidores (disseminadores).

- a) Moeda Social Moeda social local em circulação, também chamada de "moeda local" ou "moeda social", é uma moeda complementar ao real do Brasil e criada por cada banco comunitário. Os bancos oferecem empréstimos em quantidades pequenas em reais e também na moeda local, que circula somente dentro do bairro. A moeda social do Justa Troca é a "Justo" por exemplo, cada comunidade tem as próprias moedas com os próprios nomes. Uma unidade de moeda local é igual a um real, e ambas as moedas podem ser trocadas livremente a qualquer hora. Incentivos locais para comerciantes e consumidores existem para usar a moeda local (por exemplo, a oferta dos descontos aos usuários). A moeda social estimula o "dinheiro" a circular na comunidade, ampliando o poder

do comércio local, aumentando a riqueza da comunidade, e gerando trabalho e renda no total. A moeda social, portanto, torna-se um componente essencial nas estratégias dos bancos comunitários. Os créditos podem ajudar no crescimento econômico do distrito ou região através da criação de novas riquezas. As moedas locais estimulam o desenvolvimento, promovendo que a riqueza circule na própria comunidade.

- b) Microcrédito Microcréditos são concedidos a indivíduos que não acessam fontes de financiamento oficiais por causa da burocracia: requisitos de fiador, nível de renda, e bens; e outros regulamentos bancários. Sendo assim, o Banco Comunitário oferece as modalidades de microcrédito para a população: Crédito para Produção e Reforma. Até o período pós Covid 19 havia mais uma modalidade de crédito, a de Consumo, porém está seguites com a alta da inadimplência e falta de comprovação de utilização, esta linha deixou de ser ofertada.
- c) Crédito para Produção, criação de micro e pequenos empreendimentos, formais e informais. Baseado no aval da vizinhança e no acompanhamento do Agente Comunitário de Crédito necessita da aprovação de um comitê que avalia e aprova os créditos. O valor do microcrédito aumenta conforme a sua utilização, sendo o primeiro de R\$500,00 , segundo de R\$800,00 e o terceiro de R\$1000,00 .
- d) Crédito para Reforma, após a solicitação do microcrédito deve-se apresentar um orçamento para a utilização do crédito, comprovante que será para melhoria de sua residência ou empreendimento. O valor do microcrédito aumenta conforme a sua utilização, sendo o primeiro de R\$500,00 , segundo de R\$800,00 e o terceiro de R\$1000,00 .

Gráfico 1 - Ano x Contratos



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

O gráfico acima ilustra a quantidade de contratos emitidos por ano, desde a inauguração do BC Justa Troca, diversos fatores como, pandemia covid 19, desemprego, restrições a instituições financeiras convencionais e, principalmente, a história de vida dos usuários serão ponderados nesta pesquisa. Em última instância, a confiança (ou a ausência dela), seja entre os usuários, no BC, ou entre pares, irá impactar a maneira como o indivíduo se relaciona, como produz, e como é percebido pelos demais, trazendo consequências de extrema relevância também para a organização (Sato, 2003; Morrow Jr.; Hansen; Pearson, 2004).

4.1 REDE ONDE BANCO JUSTA TROCA ESTÁ INSERIDO

Tendo em vista que o presente TCC análise das especificidades do Banco Comunitário Justa Troca, é imperioso entender sua organização interna e demais relações que possui com as outras organizações coletivas da região. Segue as características que compõem essa rede de organizações.

A ACONVI, sigla para Associação Comunitária Vila Nossa Senhora Aparecida, foi criada em maio de 2016, e representa a entidade gestora do Banco. Sem esta Associação, não seria possível o funcionamento do Banco Comunitário, pois existe a necessidade de vínculo com um CNPJ associado ao segmentos de ONGs e Entidades Sociais para fins legais. A ACONVI, portanto, representa a associação de moradores, integrada por moradores da Vila Nossa Senhora Aparecida, que realizam a administração do Banco Comunitário Justa Troca. Essa associação é responsável pela tomada de decisões sobre todas as ações e

mudanças acerca do Banco Comunitário Justa Troca.

A Cooperativa de Costureiras Unidas Venceremos (UNIVENS), surgiu em 1996 por um grupo de mulheres que almejavam a geração de renda através do seu trabalho, realizando-o de forma coletiva, o grupo teve papel muito relevante para o início dos movimentos da economia solidária na Vila Nossa Senhora Aparecida, servindo muitas vezes como motivador para levar mulheres às reuniões de Orçamento Participativo, fomentando o debate e a união da comunidade em relação ao desenvolvimento econômico da comunidade. A UNIVENS tem papel importante no surgimento de projetos como a Justa Trama e a Cooperativa Educacional Nova Geração, um ponto importante neste papel é a liderança, que é um ponto central e comum entre os empreendimentos.

A Cooperativa Central Justa Trama é uma cadeia produtiva no segmento de confecções da economia solidária. Articulando 600 cooperados/associados, em cinco estados: Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Ceará e Rondônia. O processo da cadeia inicia desde o plantio do algodão agroecológico e vai até comercialização de peças de confecção produzidas com este insumo. É composta por trabalhadores, homens e mulheres, agricultores, fiadores, tecedores, costureiras, artesãos, coletores e beneficiários de sementes, organizados em empreendimentos da economia solidária. A propósito da Justa Trama é garantir um comércio justo onde não haja exploração em seu processo.

A UNISOL Brasil, Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários, é uma Organização da Sociedade Civil, sem fins lucrativos, de âmbito nacional e de natureza democrática. A UNISOL tem o papel de representar e articular as cooperativas e empreendimentos autogestionários de economia solidária, como o Banco Justa Troca, conforme o site Portal UNISOL.

4.2 DEMAIS ATIVIDADE DO JUSTA TROCA

O banco comunitário Justa Troca exerce papel fundamental diante da comunidade em que está inserido, visando o fortalecimento da economia local da região. Busca gerar e manter a riqueza produzida dentro do bairro, conforme a premissa inspirada no Banco Palmas, que foi o primeiro banco no Brasil a trabalhar com o princípio da economia solidária. Os cursos e capacitações são exemplos destes serviços oferecidos pelo banco, que possuem o objetivo de promover a

geração de renda da comunidade local. Através dessa renda, então, as famílias conseguiriam alcançar maior autonomia em relação ao Banco Comunitário, que realiza a doação de cestas básicas para as famílias mais vulneráveis, e, conseqüentemente, fortalece a comunidade.

Orientações para que a população faça o melhor uso dos seus recursos também são uma prática do BC, juntamente com apoio à comercialização de produtos em feiras, auxiliar no pagamento de contas, recarga de celular, além do mapeamento do consumo e da produção local. O Justa Troca também se preocupa com o meio ambiente, por isso, há campanhas de descarte de óleo de cozinha (reutilizado na produção de sabão em cursos oferecidos pela entidade) e de tampinhas plásticas (que são encaminhadas a recicladores e resultam em benefícios financeiros para instituições cadastradas). Além de contribuir para a diminuição dos impactos desses produtos na natureza, as doações geram trabalho e renda para a própria comunidade.

Outra importante ferramenta que o BC dispõe é à valorização da economia local, ofertando cursos e capacitações, os quais visam apoiar pequenos empreendedores para melhor desenvolverem seus negócios. A área da costura possui um papel muito importante na comunidade, atualmente conta com dois cursos em andamento de corte e costura, sendo as cooperativas Univens e Justa Trama referências em geração de trabalho e renda na comunidade e no país, ofertam vagas as melhores alunas do curso e um dos argumentos usados pela fundadora e liderança da comunidade, é que o Banco Justa Troca surgiu justamente para buscar uma forma de integrar as iniciativas de desenvolvimento dentro da própria comunidade, a comunidade também necessitava de algo que os unificasse, que nos trouxessem juntos para olhar o desenvolvimento da Vila.

Com isso, o Banco Justa Troca organiza feiras comunitárias, que tiveram início em 2015, que buscam justamente promover o comércio local, contribuindo na sua divulgação, e, também, garantindo a integração comunitária. As feiras, portanto, servem como mecanismo de ativação de circuitos econômicos, que ajudam a formar a base da economia popular (Núcleo de Estudos em Gestão Alternativa, 2017).

4.3 PÚBLICO ALVO DOS BANCOS COMUNITÁRIOS

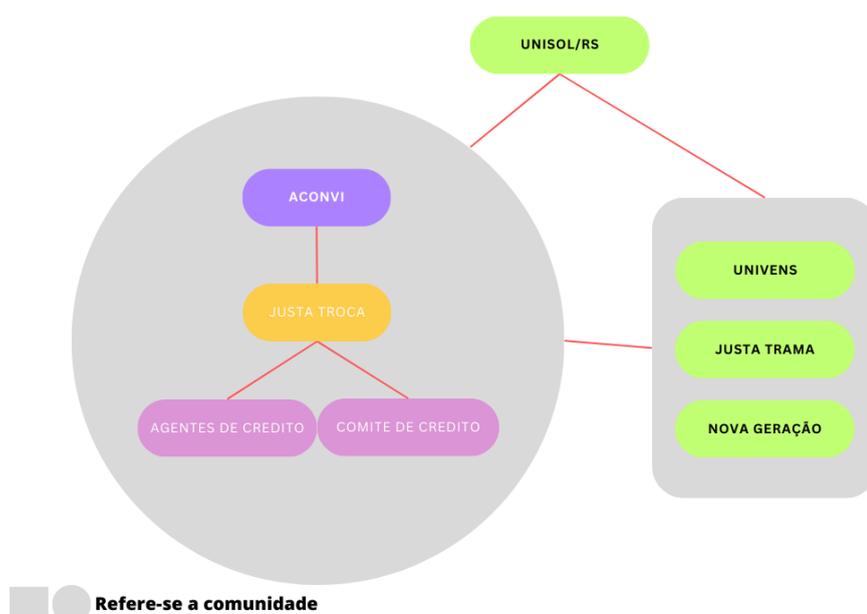
Os Bancos Comunitários de Desenvolvimento têm como público-alvo prioritário pessoas caracterizadas por um alto grau de vulnerabilidade social, sendo assim o BCD Justa Troca em 2016, quando se observou o crescimento da insegurança no bairro e até mesmo uma espécie de distanciamento entre os moradores, especialmente assustados pelas disputas do tráfico, buscou-se uma alternativas para fortalecer o vínculo comunitário e estimular a geração de trabalho e renda. Essas instituições são criadas para gerar trabalho e renda em comunidades mais pobres, incentivando a economia popular e solidária. O objetivo principal é reorganizar e incentivar a economia da região para trazer mais renda e trabalho para os moradores. A instituição é administrada com base na economia solidária, ou seja, tudo é feito para trazer mais desenvolvimento social e econômico para a região. Os Bancos Comunitários de Desenvolvimento voltam-se para um público caracterizado pelo alto grau de vulnerabilidade social. Contudo, pela sua condição de iniciativa cidadã focada no desenvolvimento do território, tais experiências devem também envolver outros tipos de público em alguma segmentação de mercado, como por exemplo: jovens, mulheres, comerciantes, novos empreendedores, etc.

5 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Desde a inauguração do banco Justa Troca, diversos períodos foram superados, como o primeiro ano da inauguração, a disseminação na comunidade, novos investidores, a pandemia COVID 19 e o período pós pandêmico. Os dados a seguir refletem cada período e o comportamento da comunidade perante eles, evidenciam fatores importantes para a compreensão do período atual que o Justa Troca está vivenciando, a inadimplência. Partimos do ponto que, a comunidade enquadra-se no público alvo de um banco comunitário, tendo as características de alto grau de vulnerabilidade social, falta de acesso a instituições financeiras tradicionais, baixo grau de escolaridade e desemprego.

A comunidade da Vila Nossa Senhora Aparecida conta com uma rede composta pela associação ACONVI que administra o Banco Comunitário de Desenvolvimento Justa Troca, a cooperativa UNIVENS e a cooperativa Justa Trama que foram fundadas pela atual presidente da UNISOL/RS e a escola de ensino infantil nova Geração. Para que possamos entender o organograma de onde o Justa Troca está inserido, abaixo segue a figura.

Figura 2- Organograma dos empreendimentos



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Além disso, ao longo da sua trajetória, o Banco contou com o apoio das organizações que compõem esta rede como a UNISOL, Cooperativa UNIVENS e Justa Trama, a sede do Banco está localizada dentro do prédio da Justa Trama e ao lado da UNIVENS, também houve apoio de instituições como a NEXUS Emilia Romagna, NEXUS Brasil, Sicredi, CERAI, PATUÁ, Instituto KOINÓS e por último a ONG Moradia e Cidadania da Caixa.

O Banco se constituiu através de investimentos realizados por parceiros, o primeiro valor se constitui através de projetos e assim o primeiro microcrédito foi realizado em 23/11/2016 com o objetivo de fomentar economicamente a comunidade local, este objetivo proposto através da moeda local e os empréstimos. Porém o fundo inicial não tinha tanto lastro, visto que um valor havia sido destinado para a produção da moeda JUSTO, foi necessário a busca por mais investimentos, o último microcrédito emitido neste capital foi 14/08/2018, este período foi onde mais empréstimos com a moeda Justo foram emitidos.

Logo após, entra o investimento da NEXUS, até hoje eles permanecem como parceiros do Justa Troca, e neste mesmo ano a liderança foi a Espanha disseminar a ideia dos Bancos Comunitários e captar recursos para os novos Bancos que estão sendo planejados para outras duas comunidades, Colina e Asa Branca. O investimento da Nexus foi o impulso e a segurança que faltava para a liberação de novos empréstimos, sendo assim em 18/10/2018 até 25/08/2022 com o capital de investimento da Nexus 252 contratos foram emitidos e nesse novo período uma linha de crédito nova surgiu enquanto outra deixou de ser emitida. Identificada a alta da inadimplência no segundo semestre de 2022, os microcréditos deixaram de ser emitidos, e o período de análise do estágio obrigatório da pesquisadora e mais dois participantes se iniciou. No início de 2023 o CERAI entra como fundo dos microcrédito juntamente com a Nexus e novamente ele volta a ser emitido apenas com as duas linhas: Produtivo e Reforma.

Figura 3 - Utilização de microcrédito x investidor

	OUTROS PROJETOS	NEXUS	NEXUS/CERAI
Consumo	✓	✓	
Reforma		✓	✓
Produtivo	✓	✓	✓
Numero de contratos	28	252	17
Justo	13	42	
Real	15	210	17

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

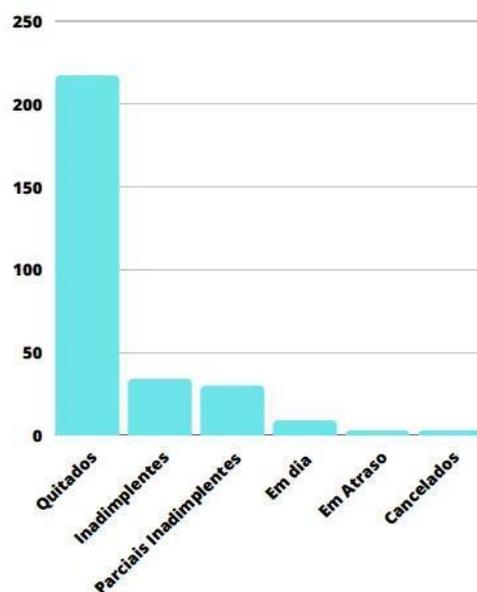
Como as linhas de crédito são progressivas, após pagar o primeiro empréstimo poderia retirar um de maior valor, e isso acaba ocasionando estar sempre em busca de novos investidores. Mas se engana quem pensa que a comunidade é a única beneficiada nesse processo: ambos os lados têm muito a crescer e aprender, este modelo de Economia serve como inspiração ao redor do mundo, sendo o Justa Troca uma referência.

5.1 INADIMPLÊNCIA

Os dados que serão apresentados ao longo deste capítulo, são dados extraídos do banco de dados, e da própria coleta da pesquisadora. O gráfico X, referem-se aos contratos emitidos desde dezembro de 2016 até 1 de julho de 2023, a partir do controle administrativo que o banco desenvolveu e evidencia que até a presente data já foram emitidos 296 contratos, com um valor de R\$106.373,00 para contratos de consumo, reforma e produtivo.

O gráfico abaixo mostra a situação contratual dos 296 microcréditos emitidos, sendo eles: 217 quitados, 34 inadimplentes, 30 parcialmente inadimplentes (contratos que já foram renegociados e estão em atraso ou contratos que recebem pagamentos esporádicos após cobrança), 4 em dia, 3 em atraso e 3 contratos cancelados.

Gráfico 2 - Situação contratual

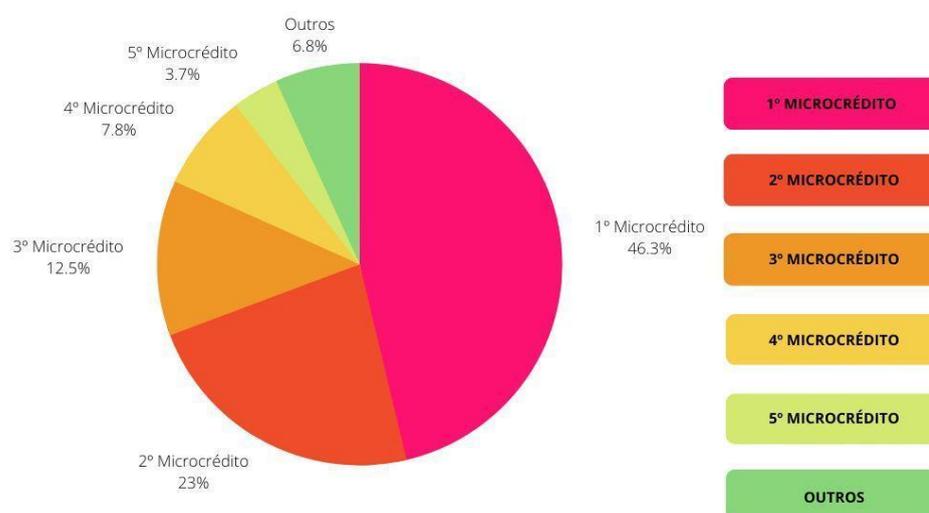


Fonte: Elaborado pela autora (2023).

De acordo com os dados abaixo, 46,28% dos usuários do microcrédito utilizaram apenas uma vez o recurso, os demais solicitaram duas ou mais vezes. O número de usuários de microcrédito foi de 138 pessoas e a população da comunidade é aproximadamente 5.000 moradores.

Gráfico 3 - Referência contratual dos microcréditos.

Frequência de utilização do Microcrédito



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

O endividamento constante pode ser um problema para o tomador de crédito, devido a recorrência utilização do microcrédito ou uso excessivo do crédito sem o devido planejamento e levando isso em consideração, a alteração da política de crédito que foi efetuado em 2022 teria a finalidade de analisar e acompanhar a utilização do crédito. O uso constante pode acarretar graves consequências para os indivíduos, suas famílias e a sociedade, visto que o comprometimento da renda é de 5 meses para a quitação do microcrédito, esse processo pode levar o tomador a uma condição de endividamento mais severa e em mais de uma instituição de crédito, afetando o seu bem-estar e de sua família.

O percentual relativo à inadimplentes era de de 11,48 % (34 contratos) no período em que a pesquisadora efetuou o estágio obrigatório na organização, e durante o período de contrato este número foi atualizado para 31 contratos e com o valor de referência em R\$9.209,50. Desde o início do ano de 2023, ações de cobrança e renegociação foram feitas mensalmente, através de ligações, emails e pessoalmente, obtivemos o retorno de 3 contratos que foram quitados nesse período. Através do quadro abaixo pode-se ver que a taxa de inadimplência é maior no primeiro contrato, para Bourdieu (1998) a estrutura social se perpetuaria porque os próprios indivíduos tenderiam a atualizá-la ao agir de acordo com o conjunto de disposições típico da posição estrutural na qual eles foram socializados.

Gráfico 4 - Inadimplência



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Em relação aos Parcialmente inadimplentes, o valor pendente nesta categoria é de R\$6.082,08. Embora este valor seja significativo, ele tem redução mais constante que os demais, a lista de parcialmente inadimplente é composta por pessoas que começaram a pagar seu microcrédito e por inúmeros motivos (desemprego, endividamento, perda de benefícios governamentais, não conseguiram continuar, algumas pessoas ainda esporadicamente efetuam algum pagamento. Analisando o perfil desta categoria, percebi que estes usuários têm uma relação mais ativa com as demais atividades do Justa Troca e/ou das cooperativas, também alguns são beneficiários de outro auxílio como as cestas básicas, pois para receber este benefício não pode estar inadimplente.

A partir da análise contratual e dos usuários, pode se dizer que usuário que não mantém uma relação com o Banco ou com as cooperativas têm mais probabilidade de se tornar inadimplente, os usuários que repetem a utilização do benefício por mais de 4 vezes são funcionárias das cooperativas em grande parte. Para fins da análise, considera-se endividado de risco o tomador de crédito que atende os seguintes critérios:

- a) comprometimento da renda mensal acima de 50% devido ao pagamento do serviço das dívidas, muitos usuários não possuem uma renda fixa e outros depende de auxílios governamentais;
- b) comprometimento da renda em estabelecimentos (fiado ou caderno) e cartões de crédito;
- c) composição familiar: famílias com apenas uma fonte de renda e mais de 4 integrantes, aumentam a probabilidade de inadimplência.

Também é possível levar em consideração a pandemia COVID19, e suas consequências, no Brasil, a pandemia de COVID-19 teve um impacto significativo no desemprego, pobreza e fome houve aumento na taxa de desemprego, solicitações de seguro-desemprego, contingente de famílias em extrema pobreza e insegurança alimentar, dados foram coletados em sistemas de informação governamentais, no Rio Grande do Sul, você pode acompanhar os números detalhados da situação da COVID-19 no Estado através do site oficial do governo, pesquisas publicadas por órgãos públicos, artigos científicos e portais de notícias.

Além dos fatores financeiros, a confiança na instituição financeira, a identificação com o propósito do Banco podem ser um fator importante para

minimizar a inadimplência como citado anteriormente, em Martinho (2001), o que caracterizaria uma rede é a existência de valores e objetivos compartilhados entre os seus diferentes membros; uma autonomia dos integrantes; uma vontade; multiliderança; descentralização. As instituições financeiras utilizam a análise de crédito como um meio de se protegerem contra a inadimplência, porém nos BCDs a avaliação não se baseia em dados gerados por outras instituições, mas sim na confiança e no aval solidário, questionando vizinhos e empreendimentos para saber se o tomador do recursos terá a capacidade de arcar com o pagamento da quantia que foi cedida. As garantias de pagamento da dívida estão diretamente relacionadas às relações existentes na comunidade, tanto entre as pessoas quanto os comércios. Ao solicitar indicação de aval e de vizinhos, utiliza-se de critérios de confiança já existentes e estão diretamente ligados à confiança da comunidade no Banco.

Dessa forma, é possível afirmar que a confiança para conceder o crédito pode ser um fator importante para minimizar a inadimplência, uma vez que as instituições financeiras tradicionais utilizam medidas eficientes para avaliar o risco de crédito e conceder crédito apenas aos clientes que apresentam menor risco de inadimplência, o BC utilizada das relações existentes na comunidade para avaliar o potencial de inadimplência de cada usuário.

A confiança deve ser de mão dupla, o BC deve acreditar no usuário mas também o usuário deve compreender a finalidade do serviço desenvolvido, o relacionamento com a comunidade é fator fundamental e estratégico para o desenvolvimento do Banco dentro dessa comunidade, trata-se do reconhecimento das ações realizadas e dos objetivos exercidos na vida da comunidade. A aposta, então, é trabalhar em direção a uma parceria efetiva com a comunidade, promovendo ganhos sociais, culturais e econômicos para diferentes usuários.

São muitos os modos de incidir positivamente em uma comunidade: da geração de trabalho e renda ao incentivo à educação, esporte e lazer, do desenvolvimento cultural e comunitário. Quando uma organização chega a um território, é necessário estabelecer laços com quem vive ali, no caso do Justa Troca, já havia uma relação com a comunidade devia as cooperativas estarem no território e a liderança se conhecida pelas pessoas, houve o processo de identificação pelo NEGA, de pesquisa e coleta de dados porém já havia uma associação com as cooperativas instaladas ali.

Por um lado, a presença da organização pode potencializar a mobilização e articulação local, levando a comunidade a desenvolver projetos e avançar em questões de seu interesse nas mais variadas áreas. É uma oportunidade para a comunidade ter suas demandas executadas e construir novos laços, junto a outros investidores, lideranças para buscar saídas efetivas para questões que de fato lhe importam e promover mudanças sociais.

Por outro, um bom relacionamento com a comunidade ajuda a organização a se fortalecer no território onde atua e trazer ganhos importantes não só para a sua imagem, mas também no aprimoramento de sua atuação e sustentabilidade, também podem ter caminhos abertos para construir sua própria trajetória e se solidificar junto à comunidade. Neste período de atuação do BC, através dos dados, vimos que houve uma quebra na relação com a comunidade, como a confiança é considerada o “sustentáculo de todo o convívio humano” (Bauman, 1999, p. 115) e, ao entendermos-na como importante para as relações sociais, devemos levar em consideração que ela engloba um certo nível de risco, a falta de identificação com as ações do BC e talvez até mesmo não conhecimento segundo Santos (1996), não ter como resolver algumas promessas, agrava significativamente as discrepâncias sociais, tornando a distância entre ricos e pobres cada vez mais acentuada. A disseminação da proposta e da finalidade do BC vem se perdendo ao longo dos anos e consecutivamente gerando um alto nível de inadimplência, como mencionado anteriormente.

Entender que o relacionamento com a comunidade deve partir dos desejos, ações e articulações já existentes no território é um dos maiores aprendizados deste trabalho. Não se trata de levar um produto acabado ou soluções prontas, e sim de potencializar a atuação de agentes locais e criar espaços para que o diálogo seja facilitado. Sem escutar a comunidade, as soluções propostas podem não atender a seus anseios, prejudicando o engajamento e o sucesso das iniciativas.

Nesse sentido, é essencial que o Banco se envolva na comunidade e com vários atores que devem cooperar e se articular para construir saídas coletivas. Partir de um diagnóstico participativo e estabelecer parcerias com grupos já existentes, lideranças, associações, escolas e outras referências locais são algumas maneiras de aprofundar os laços de respeito, confiança e colaboração que devem guiar o trabalho de relacionamento com as comunidades.

Porém há um grande ponto a ser analisado neste sentido, é a centralização da liderança. Segundo a pesquisadora Priscila Santos, ela refere-se a esta liderança como:

[...]A líder em questão possui muitas características do líder carismático weberiano, assim como Joaquim do banco Palmas, este tipo de liderança tende a propiciar essa personalização da entidade, e centralizar decisões, mesmo que não necessariamente de forma autoritária, o que acaba desmotivando a participação dos demais associados. Suas conquistas e personalidade deram visibilidade ao banco, aproximaram parceiros e dão segurança quanto a tomada de decisão para os membros da associação, mas ao mesmo tempo muitas vezes intimidam esses membros que possuem dificuldade de se posicionar em muitas questões, como já foi citado no subitem referente à comunicação. (SANTOS, 2020, p. 80).

Como já foi referido acima, o BC está dentro de uma rede de organizações e a grande parte dela é gerida pela mesma idealizadora do banco que é uma liderança muito conhecida na comunidade e esteve/está ligada a muitas lutas e conquistas locais, atualmente ela e suas conquistas são referência nacional e internacional em Economia Solidária, e grande parte das relações de investimento e parcerias se dá através dela, por ser residente da comunidade está ligada de forma ativa com os moradores . Porém essa relação traz pontos negativos, que acabam refletindo no desenvolvimento das ações do Justa Troca, em grande parte tornando a relação do Banco e as cooperativas um motivo de associação e financeira que impacta também no alto índice de inadimplência. Por parte, a comunidade ainda não entende o funcionamento e a finalidade do BCD, acreditando que ele tenha vínculo com as cooperativas financeiramente.

5.2 O JUSTO NA COMUNIDADE

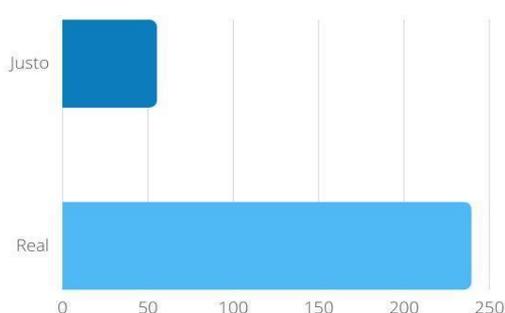
A utilização da moeda social como circulante local auxilia o fluxo real da economia de um território através da produção, comércio, trocas e outras atividades econômicas gerando renda, trabalho, maior circulação das riquezas e desenvolvimento. O banco comunitário, através da viabilização do acesso aos produtos financeiros, incentiva o crescimento de uma condição de pobreza dependente para outro patamar, que se refere à participação econômica e social ativa. Esta mudança de atitude se reflete num aumento da autoestima dos indivíduos que fazem parte daquela comunidade. O relacionamento com a comunidade deve

ser algo contínuo, um processo que gere uma progressão de confiança e mutualidade. Sem essa constância, a comunidade se sente traída pela falta de continuidade e efetividade de ações pontuais e já não se vê motivada a participar de novas proposições, o Justa Trova identificou no primeiro semestre de 2023 a necessidade de uma ação para divulgação de sua moeda, visto que sua circulação após a descontinuidade do microcrédito de Consumo diminuiu significativamente.

A fim de incentivar a circulação da moeda social e a destinação desse recurso financeiro (e das poupanças) dentro da própria comunidade para impulsionar o desenvolvimento e gerar riqueza, o valor do microcrédito de consumo fora oferecido exclusivamente para retirada em moeda Justo, enquanto os demais tipos de microcrédito estão disponíveis tanto em moeda nacional quanto social. Para incentivar a utilização do Justo, os empréstimos emitidos na moeda social não têm juros. O gráfico abaixo mostra que o Justo, tem uma baixa procura, devido algumas limitações de comercio, valores e produtos no bairro e que acaba impactando na alta das solicitações em real. Após o fim do microcrédito de Consumo, que era destinado a compra de insumos, gás e até mesmo roupas, a rotatividade do Justo caiu consideravelmente, a variedade e os altos preços na comunidade contribuíram para a utilização do microcrédito fora do seu território.

Gráfico 5 - Comparativo da moeda local e do real na solicitação dos microcréditos

Justo X Real



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Nota-se que pelo histórico dos microcréditos que o Justo teve menos procura com o passar do tempo, o que, inclusive, pode ter sido influenciado pela suspensão do microcrédito de consumo, sendo o último microcrédito de consumo em Justo

emitido em 23/11/2021, e a crescente de inadimplência após a covid 19. Essa ocorrência da suspensão do microcrédito de consumo, ocasionada em parte pela identificação de que o crédito tomado não era utilizado para a finalidade solicitada, visto que por se tratar de consumo não havia como controlar a finalidade. Sendo identificado essa baixa procura e aderência pelo Justo, em junho de 2023 uma campanha para divulgação foi lançada.

Figura 4 - Folder de Divulgação do Justo.



Fonte: Banco Justa Troca (2023).

Reforça-se aqui a informação que o microcrédito de consumo (onde ocorria a maior emissão de Justo) não está em operação desde o final de 2021, em razão de as agentes terem percebido que os proponentes estavam solicitando essa e outras modalidades de crédito exclusivamente para a compra de alimentos.

5.3 O RELACIONAMENTO DO JUSTA TROCA

Todas as seções anteriores estão relacionadas e reforçam a manutenção de práticas que produzem resultados dentro da comunidade e no BCD Justa Troca, que por diversos fatores não condizem com objetivo inicial do projeto original do BCD. O relacionamento com a comunidade deve ser algo contínuo, um processo que gere uma progressão de confiança e mutualidade, sabemos que houveram alguns fatores que também impactaram com essa quebra de relacionamento com a comunidade, um exemplo a pandemia COVID19, porém a falta de constância em disseminar o propósito do BC a comunidade, fez com que não houvesse a compreensão do

propósito pela comunidade e muitas vezes até mesmo com o sentimento de traição pela falta de continuidade e efetividade de ações pontuais e já não se vê motivada a participar de novas proposições.

A dificuldade de comunicação entre BDC e comunidade, não há um laço entre a instituição e o território, pois apenas 138 pessoas tiveram acesso em uma comunidade com cerca de 5 mil habitantes, reforçando a desigualdades estruturais na comunidade, pelo aspecto centralizador da liderança e pela falta de representatividade na associação. Mesmo após esses anos de funcionamento do Banco, há falta de compreensão sobre seu funcionamento, a associação com as demais organizações na comunidade e a centralização da tomada de decisão na liderança, associam todos empreendimentos de Economia Solidária como um só, porém são distintos.

O aspecto processual da relação também se expressa através da colaboração e do trabalho em rede – peças-chave para o sucesso do relacionamento com a comunidade, contudo essa relação se dá por uma hierarquia, mesmo o pressuposto ser de autonomia comunitária, as decisões são tomadas pela liderança na grande maioria. As reuniões dos membros da ACONVI poderiam ter o intuito de abertura à contribuição de quem já se articula no território para gerar resultados mais ricos e duradouros, porém nesses encontros percebe-se uma ausência da comunidade e omissão de opinião. A interação da comunidade e o envolvimento mais ativo dos mesmos poderia potencializar a integração entre diferentes áreas, pois ao trabalharem juntos, os atores locais reconheceriam a importância da rede e a importância e autonomia do BC e passariam a investir no fortalecimento mútuo.

Para que as ações se multipliquem e não se encerrem, também é fundamental que a comunidade consiga se apropriar dos processos e resultados do trabalho desenvolvido, visto que ainda há pouco conhecimento por parte da comunidade. Nesse sentido, vale ter em vista uma atuação formativa e qualificadora, utilizar-se das capacitações para gerar conhecimento no próprio funcionamento e finalidade do BC, geraria mais comprometimento por parte da comunidade, no relacionamento entre os próprios usuários dos microcréditos, aposta na formação de agentes multiplicadores locais, que disseminem a ideia de associação e de participação, geraria maior interação da comunidade e identificação com os objetivos desenvolvidos. Na promoção de desenvolvimento institucional e no incremento da

comunicação de iniciativas comunitárias e coletivas se desenvolvem as relações e o comprometimento da comunidade.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da problemática exposta sobre a inadimplência dos microcrédito do BC Justa Troca, se tornou possível tecer ao longo dessa pesquisa, valiosas considerações que fomentam o ponto inicial, identificar quais fatores estão relacionados à inadimplência. Diante do exposto, se tornou possível analisar a necessidade de rever métodos utilizados em 2016, para identificar o distanciamento entre os moradores, estímulos de uma alternativa para fortalecer o vínculo da comunidade e estimular a geração de trabalho e renda. O BC tem como objetivo gerar trabalho e renda em comunidades mais pobres, incentivando a economia popular e solidária. Contudo, ainda que fatores importantes, para Carrion e Costa (2003), a exclusão social e o desemprego não devem ser considerados como os únicos motivadores e responsáveis pelo surgimento da Economia Solidária. Para Laville (2002), esta se constitui em um fato associativo composto por uma dimensão econômica, uma dimensão política e uma dimensão social, todas imbricadas e em permanente articulação.

Para desenvolver o raciocínio proposto de maneira coerente e contextualizar o objeto de estudo, nesta pesquisa foram apresentados conceitos da economia solidária e de mecanismos e ferramentas relacionadas a este tipo de economia, com o intuito de aprofundar o conhecimento a respeito de finanças solidárias – e com o foco em duas de suas principais práticas: os bancos comunitários de desenvolvimento e o microcrédito – abordou-se brevemente cada ferramenta solidária relacionada a moeda social e os principais tipos de moedas conhecidos.

O Banco Comunitário Justa Troca foi escolhido como a instituição de análise para o estudo de caso realizado. O critério de escolha deu-se pelo contato já existente com a organização, devido ao BC Justa Troca ter sido o objeto de estudo durante o período de estágio obrigatório da graduação e as questões terem ficado em aberto, a fim de relacionar a inadimplência com fatores externos. Através do estudo de caso apresentado, pôde-se entender como ocorre a dinâmica de atividades e quais as ações realizadas pelo BC na comunidade de atuação. Santos (2020), autora refere-se ao comprometimento com a causa, disposição a dedicar seu tempo não só para participar das atividades, vínculos morais e afetivos, como um baixo engajamento. Com o objetivo de analisar a finalidade dos microcréditos e identificar a relação da inadimplência, a rede em que o BC está inserido, o perfil da

comunidade envolvida e a relação da comunidade com a organização. Embasado nos dados coletados através do formulário aplicado em dois períodos, observa-se que o perfil de inadimplência está ligado diretamente a sua relação com o BCD, logo, também tem fatores relacionados ao período pós pandêmico e a liderança.

Neste cenário, fatores já haviam sido identificados, e portanto, a ACONVI optou por redefinir o histórico de empréstimos e, todas as solicitações a partir de setembro de 2022 estão sendo tratadas como um primeiro empréstimo, mesmo que o requerente já tenha obtido outros. Outra mudança ocorrida aprimorou a limitação da disponibilização de microcréditos, nesta nova política são permitidos 5 empréstimos ao mês, se atendidas as exigências. Isso ocasionou uma decrescente na emissão dos microcréditos. Observou-se também que a comunidade estava solicitando empréstimos para outros fins que não aqueles contemplados pelos microcréditos, sendo assim, o BCD aderiu a metodologias que comprovem a utilização do crédito na finalidade apresentada. No caso do microcrédito para reformas, são solicitados orçamentos, notas fiscais e recibos que confirmem a utilização do microcrédito para a compra de produtos ou de prestação de serviços e realizadas visitas domiciliares para acompanhar as obras e melhorias, através de fotografias do antes e do depois da execução das mesmas.

A baixa procura pela moeda social como forma de pagamento foi relacionada diretamente com a falta de relacionamento com a comunidade, seu baixo conhecimento sobre a instituição e suas premissas. A aceitação dessa ferramenta solidária, causa pouquíssimo impacto nas atividades econômicas (comércios e de prestação de serviços).

A centralização da tomada de decisões ocorre de forma natural, devido à baixa participação da comunidade e das pessoas que compõem a associação de moradores ACONVI. Iniciativas, mesmo que pequenas, quando feitas sem o consentimento da liderança, no geral eram revertidas e muitas vezes ocorriam devido a falta de comunicação e interação entre comunidade e liderança.

O presente trabalho empenhou-se em evidências de fatores referente a esta ferramenta tão importante para o desenvolvimento de localidades em vulnerabilidade, e a relação com a moeda social, porém alguns fatores limitam bastante no cenário atual do BC, a falta de atualização cadastral dos usuários, novos microcréditos emitidos sem confirmação de informações básicas de contato como endereço e telefone, a padronização e dos dados dificulta o acompanhamento

e sua consulta. Percebe-se pela falta de dados que, há falta de contato com o moradores da comunidade, confiar tem relação direta com conhecer a pessoa, conviver com ela e ter informações a seu respeito, o que corrobora os preceitos de Luhmann (1979) e Lewis e Weigert (1985). Saber como tratar o indivíduo, como falar, como se dirigir, se constituem em simples coisas que possuem uma enorme importância para as pessoas. A quebra de confiança, tratada por Lewis e Weigert (1985) possui impactos extremos dentro da organização, visto que todos os dados evidenciam que não há confiança em ambos os lados e conseqüentemente não há uma relação sólida entre comunidade e BC, impedindo que a missão e os objetivos do BC Justa Troca seja disseminado.

Por fim, surgem como possíveis e relevantes futuros trabalhos aqueles que estudem outros enfoques da confiança, ao analisar relações interorganizacionais ou sistêmicas, visto que esta finalidade tem relevante papel no desenvolvimento da comunidade onde o Banco Comunitário está inserido.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Z. **Globalização: as conseqüências humanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

CALLIL, João. **Bancos Comunitários de Desenvolvimento como estratégia de desenvolvimento territorial, microcrédito e autoconstrução. Caso: banco bem, vitória – ES**. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Engenharia Urbana, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2016.

CENTRO POPULAR DE CULTURA E COMUNICAÇÃO (CPCC). **Documentos sobre bancos comunitários**. João Pessoa: CPCC, [2021?]. Disponível em: <https://cpcc.webnode.com.br/bcd-jardim-bot%c3%a2nico/bcd-jardimbot%c3%a2nico/docs/>. Acesso em: 14 mar. 2023

FRANÇA FILHO, Genauto C. Indicadores para a sustentabilidade em economia solidária: uma questão de utilidade social. *In*: KRAYCHETTE, G.; CARVALHO, P. (org.). **Economia popular solidária: indicadores para a sustentabilidade**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2012.

FRANÇA FILHO, Genauto C.; SILVA JÚNIOR, Jeová T. Bancos comunitários de desenvolvimento. *In*: CATTANI, Antonio D. *et al.* **Dicionário internacional da outra economia**. Coimbra: Edições Almedina, 2009.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho. A problemática da economia solidária: um novo modo de gestão pública?. **Cadernos EBAPE.BR**, 2013.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho. A temática da economia solidária e suas implicações originais para o campo dos estudos organizacionais. **Revista de Administração Pública**: Recife, v. 37, n. 1, p. 11-31, 2003.

FRANÇA, Elvira Eliza. **Economia solidária: uma ação cooperativa de inclusão social**. Amazônia Real, Manaus, 18 jul. 2019. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/economia-solidaria-uma-acao-cooperativa-de-inclusao-social/>. Acesso em: 15 fev. 2023.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em: <https://www.idea.ufscar.br/arquivos/metodologia/delineamentos/odt-gerhardt-e-silveira-2009-metodos-de-pesquisa.odt/view>. Acesso em: 3 ago. 2023.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GODOY, Arilda Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**: São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63. 1995a.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**: São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29. 1995b.

HANDY, C. **A era do paradoxo**. São Paulo: Makron Books, 1995.

INSTITUTO BANCO PALMAS. **O que é um banco comunitário**. Fortaleza: Instituto Banco Palmas, [2020?]. Disponível em: <http://www.institutobancopalmas.org/o-que-e-um-banco-comunitario/>. Acesso em: 12 jun. 2023

INSTITUTO BANCO PALMAS. **Rede brasileira de bancos comunitários**. Fortaleza: Instituto Banco Palmas, 2019. Disponível em: <http://www.institutobancopalmas.org/rede-brasileira-de-bancos-comunitarios/>. Acesso em: 12 jun. 2023

LEWIS, D.; WEIGERT, A. Confiança como realidade social. **Forças Sociais**, n. 63, v. 4, pág. 967-985, jun. 1985.

LUHMANN, N. **Confiança e Poder**. Chichester: John Wiley and Sons, 1979.

MARTINHO, C. O projeto das redes: horizontalidade e insubordinação. **Aminoácidos**, v. 2, p. 95-105, 2001.

MORAES, Joysi *et al.* Função e Multiplicação de Bancos Comunitários. **Revista Interdisciplinar de Gestão Social**, v. 3, n. 2, 2014. Disponível: http://www.rigs.ufba.br/pdfs/RIGS_v3_n2_art9.pdf. Acesso em: 03 abr. 2023.

MORROW JR., J.L.; HANSEN, M. H.; PEARSON, A. W. Os antecedentes cognitivos e afetivos da confiança geral nas organizações cooperativas. **Journal of Managerial Issues**, v. 16, n. 1, pág. 48, primavera de 2004.

MUÑOZ, Ruth. Finanças solidárias. *In*: CATTANI, Antonio D. *et al.* **Dicionário internacional da outra economia**. Coimbra: Almedina, 2009. p. 208-212. E-book. Disponível em: <https://financassolidarias.files.wordpress.com/2012/09/dicionariointernacional-da-outra-economia1.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2023.

NAMORADO, Rui. Cooperativismo. *In*: CATTANI, Antonio D. *et al.* **Dicionário internacional da outra economia**. Coimbra: Almedina, 2009. p. 96-102. E-book. Disponível em: <https://financassolidarias.files.wordpress.com/2012/09/dicionariointernacional-da-outra-economia1.pdf>. Acesso em: 3 mar. 2023.

NÚCLEO DE ESTUDOS EM GESTÃO ALTERNATIVA (NEGA). **A construção dos bancos comunitários de desenvolvimento em Porto Alegre**: o banco comunitário Justa Troca. Porto Alegre: UFRGS, 2017.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD).

Relatório de Desenvolvimento Humano: “Tempos incertos, vidas instáveis: Construir o futuro num mundo em transformação”. Nova York: PNUD, 08 set. 2022. Disponível em: <https://hdr.undp.org/human-development-report-2021-2022>. Acesso em: 10 jul. 2023.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD).

Relatório do desenvolvimento humano 2020: **A próxima fronteira:** o desenvolvimento humano e o antropoceno. Nova York: PNUD, 12 abr. 2021. Disponível em: http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2020_pt.pdf. Acesso em: 10 jul. 2023.

RIGO, A. S. **Moedas sociais e bancos comunitários no Brasil:** aplicações e implicações, teóricas e práticas. Tese (Doutorado em Administração) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

RIGO, Ariádne Scalfoni *et al.* Moedas sociais nos bancos comunitários de desenvolvimento: a experiência das conchas em Matarandiba/BA. **Revista Interdisciplinar de Gestão Social.** Salvador, v. 4, n. 2, p. 15- 31, 2015a.

RIGO, Ariádne Scalfoni. **Moedas sociais e bancos comunitários no Brasil:** aplicações e implicações, teóricas e práticas. 2015. Tese (Doutorado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015b.

SANTOS, B. de S. **Pela mão de Alice:** o social e o político na pós-modernidade. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1996.

SANTOS, Priscila Martins Palacci Dos. **Engajamento e participação no banco comunitário de desenvolvimento Justa Troca.** Porto Alegre: Ufrgs, 2020.

SARRIA ICAZA, Ana Mercedes *et al.* **A construção dos bancos comunitários de desenvolvimento de Porto Alegre:** o banco comunitário Justa Troca. Porto Alegre, RS: NEGA/UFRGS, 2017. (Cadernos do NEGA). Disponível em: <https://www.ufrgs.br/gestaoalternativa/wp-content/uploads/2020/10/A-82-construc%CC%A7a%CC%83o-dos-Bancos-Comunita%CC%81rios-deDesenvolvimento-em-Porto-Alegre-O-Banco-Comunita%CC%81rio-Justa-Troca.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2023.

SATO, C. T. Gestão Baseada em Relações de Confiança. **RAE - Eletrônica**, v. 2, n. 1, jan./jun. 2003. Disponível em: <http://www.rae.com.br>. Acesso em: 3 ago. 2023.

SENAES. **Economia solidária em desenvolvimento.** Brasília: SENAE/TEM, 2003.

SILVA, Márcia Nazaré. A economia solidária e as novas possibilidades do mundo do trabalho. **Âmbito Jurídico**, São Paulo, maio de 2011.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária.** 1. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

TOSCANO JUNIOR, Luis Carlos. **Guia de Referência para o Mercado Financeiro**. São Paulo: Edições Inteligentes, 2004.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

APÊNDICE A – ATUALIZAÇÃO CADASTRAL**Atualização cadastral**

Questões iniciadas por (*) devem ser preenchidas pelo responsável ou com as informações prévias dispostas na planilha compartilhada do Banco Comunitário Justa Troca.

* Indica uma pergunta obrigatória

1. INFORMAÇÕES GERAIS:

*1. Nome do responsável por acionar o cliente:

*2. Dia do acionamento:

*3. Horário:

*4. Quem atendeu a ligação?

Marque todas que se aplicam.

- Ninguém atendeu
- Outra pessoa que não conhece
- O cliente Um familiar do cliente
- O cliente
- Não completou a ligação, pois o número está incorreto
- Outros: _____

*5. Indique se o cliente:

Marque todas que se aplicam.

- Aceitou conversar
- Pediu para ligar em outro momento
- Se recusou a conversar
- Outro: _____

*6. Foi a primeira vez que ligou para o cliente? *

Marque todas que se aplicam.

- Sim
- Não, já foram realizados mais contatos
- Outro: _____

2. QUESTIONÁRIO REALIZADO AO CLIENTE: *

7. Qual é seu nome completo?

8. Gênero

9. Endereço:

10. Qual é a melhor forma para contatar você?

11. Você tem WhatsApp? Qual o número?

12. Tipo de empréstimo no qual está inadimplente:

13. Atualmente você exerce alguma atividade remunerada? Caso sim, qual?

14. Quantas pessoas fazem parte da sua família? Quantos deles são seus dependentes?

Marcar apenas uma oval.

- 1
 2
 3
 4
 5 ou mais
 Outro:

15. Você teve algum problema de saúde ou mudanças que afetaram sua vida nos últimos anos? Caso sim, quais?

16. Qual é o motivo pelo qual você não conseguiu continuar pagando o empréstimo do Banco Comunitário?

17. Você recebe algum benefício do governo? Caso seja afirmativo, qual tipo de benefício?

18. Além do empréstimo, você já recebeu algum outro tipo de benefício do Banco Comunitário Justa Troca? Caso a resposta seja sim, diga qual.

19. Você estaria disposto(a) a receber outra ligação ou visita da equipe do Banco Justa Troca para conversar mais detalhadamente sobre sua situação e a forma como o banco comunitário pode ajudar?

Marque todas que se aplicam.

- Sim
 Não
 Outro: _____

20. Qual seria o melhor horário para a ligação ou visita da equipe?

21. O que você acha do trabalho do Banco Justa Troca na comunidade?

22. Comentários e demais observações a respeito da ligação. Como ocorreu o diálogo e como o cliente se comportou frente aos questionamentos.

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.
Google Formulários

APÊNDICE B – SOLICITAÇÃO DE MICROCRÉDITO

Solicitação de Microcrédito

Este formulário serve para coleta e análise de dados para solicitação de microcrédito * Indica uma pergunta obrigatória

1. Nome Completo*
2. Telefone (whats)*
3. Endereço completo: *
4. Você já utilizou o microcrédito?
sim
não
5. Sua solicitação é referente a microcrédito de: *
Reforma
Produtivo
6. Em poucas palavras, nos diga o motivo que solicita o crédito: *
7. Você recebe algum benefício do governo? *
sim
não
8. Quantas pessoas moram em sua residência? *
1
2
3
4
5 ou mais
9. Qual sua renda mensal? *
R\$0,00 a R\$500,00
R\$501,00 a R\$800,00
R\$801,00 a R\$1000,00
R\$1001,00 a R\$1500,00
Acima de R\$1501,00
10. Você participa das atividades do Banco? Quais? *
11. A data de pagamento do empréstimo será no dia 10 de cada mês: *
Ok, consigo efetuar o pagamento.
Nesta data não consigo.
12. Informe 3 contatos de referência, Nome + telefone *